

A educação popular antes e agora

Lembranças de ontem, perguntas para agora



Carlos Rodrigues Brandão

UNBrasília - USan Pablo - Unicamp

Resumen

Este texto fue elaborado a cincuenta años de experiencias pioneras y eventos significativos en Educación Popular, celebrados en Brasil. El escrito moviliza la reflexión a través de una secuencia de diez memorias de aquella época y sus correspondientes preguntas desde la actualidad. En cada memoria, se recuerda una serie de ideas rectoras, fundamentos y prácticas propias de los “tiempos pioneros” del surgimiento de los movimientos de cultura popular; y a partir de allí se abre una correspondiente serie de preguntas, para repensar los desafíos de los tiempos actuales.

Nuevas interacciones, integraciones y participaciones, nuevas transdisciplinidades y transculturalidades... generan interrogantes y cuestionamientos, sugieren y tensionan alternativas y variantes para la continuidad y la renovación de las prácticas de Educación Popular.

Abstract

This text was written fifty years from pioneering experiences and significant events in Popular Education, held in Brazil. The text fosters reflection through a sequence of ten memories of that time and their questions from the present. In each memory, a series of guiding principles, fundamentals and practices of the “pioneer days” the emergence of movements of popular culture; and from there, a corresponding series of open questions, to rethink the challenges of our times.

New interactions, integration and participation, and new trans-disciplinarity and transculturation... raise questions and questionings, and suggest alternatives and variants to continuity and renewal of practices regarding Popular Education.

Palabras clave

Educación popular
Cultura popular
Movimientos sociales

Key words

Popular education
Popular culture
social movements

Dado que as coisas assim estão.
Assim não permanecerão.

Bertold Brecht

Estes escritos não correspondem com exatidão ao que se espera de um texto acadêmico. Eles não se dividem segundo os padrões correntes e também não possuem uma correspondente retórica. Foram originalmente escritos para desafiar atuais praticantes do que estarei chamando aqui de *educação popular* a pensarem alguns fundamentos de suas idéias e práticas, em confronto com o que de modo geral seriam consensos (se é que eles existiam) durante os “tempos pioneiros” da implantação dos *movimentos de cultura popular* no Brasil do início dos anos sessenta.

Estamos entre os anos de 2011 e 2013 celebrando justamente os cinquenta anos do *Primeiro Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular*, celebrado no Recife. Estamos lembrando também os mesmos cinquenta anos da experiência pioneira das “Quarenta Horas de Angicos”, quando Paulo Freire e uma equipe de professores e estudantes alfabetizadores voluntários foram a Angicos e, junto a homens e mulheres analfabetos, utilizou pela primeira vez o *Método Paulo Freire de Alfabetização*.

Não apenas por isto considero esta uma boa ocasião para retornarmos a alguns fundamentos, algumas polêmicas e alguns difíceis consensos dos “anos sessenta”. E para estendermos, desde este passado revisitado, não com o olhar do memorialista, mas através da mirada crítica de quem se volta à essência de um passado ainda próximo, para, a partir de algumas lembranças de “ontem”, pensar alguns dilemas de agora.

Assim, todo este artigo está dividido em uma seqüência de dez “lembranças” do que pensamos e procuramos viver, como prática e horizonte de práticas nos anos sessenta, no Brasil e, logo a seguir, ao longo de toda a América Latina. E a cada repertório de “lembranças” segue-se um outro, de “perguntas”. Se todas as lembranças se voltam a um tempo que se separa de nós por cinquenta anos, todas as repostas têm à ver com o absoluto presente em que vivemos, pensamos, dialogamos e agimos.

Entre “lembranças-e-perguntas”, resalto que algumas palavras escritas aqui aparecem com iniciais em maiúsculas e em itálico. Um pouco em memória de como quase sempre as escrevíamos entre os anos sessenta e setenta. Um pouco para que apenas estejam mais destacadas no que se lerá a seguir, como palavras que valem ora como conceitos científicos, ora como o chão de nossos sonhos e atos de então.

Entre lembranças dos educadores populares dos anos sessenta e perguntas para educadores de agora

Primeiras lembranças

A *Educação Popular*, originalmente chamada aqui no Brasil e na América Latina de *Educação Libertadora*, *Educação Liberadora*, opunha-se ao que Paulo Freire qualificava como *Educação Bancária*. Desde um primeiro momento ela surge como uma proposta situada dentro de todo um processo e um movimento bastante mais amplo, que tomou então o nome de *Cultura Popular*.

Estamos celebrando agora os cinquenta anos do *Primeiro Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular*, celebrado no Recife. Os *Movimentos de Cultura Popular* e os vários *Centros de Cultura Popular* procuravam realizar experiências interativas de

Cultura Popular, buscando articular arte e ciência, e pedagogia e política. Lembremos o *Teatro do Oprimido* de Augusto Boal, as iniciativas de busca de saberes e criações populares “vindas do povo”, não mais como pitorescas curiosidade “de nossas tradições populares”, mas como expressões sistêmicas e peculiares de formas de viver, conviver, trabalhar e pensar. Lembremos as músicas de protesto (origem de boa parte da nova MPB). Lembremos as diversas inovações na área do cinema e da literatura. Lembremos as ações propriamente pedagógicas dos trabalhos de *Cultura Popular* dos anos sessenta, cujo foco centrou-se então na *Alfabetização de Adultos*.

Da mesma forma e como o mesmo professor Paulo Freire reafirmou tantas vezes, as diferenças não estavam no *tipo de prática* (na alfabetização, por exemplo) senão na qualidade de um *modo de prática* (uma experiência de alfabetização pode ser “alienante” ou “libertadora”). E esta diferença pressupunha: a. uma concepção classista do trabalho *sobre e através* da cultura (realizar o trabalho *junto ao* povo como uma experiência popular); b. uma crença no poder libertador das ações promovida através da cultura popular. Dessa forma, dá-se um modo próprio de “fazer alfabetização” como um projeto desde “o ponto de vista da cultura popular”. Da mesma forma, a expressão “educação de adultos” também pode ter incorporadas práticas de cultura popular, sempre que os pressupostos de programa e o horizonte de realização sejam conseqüentes com os princípios desta última.

“Nesse contexto, a alfabetização é legitimamente uma forma de cultura popular. O trabalho de alfabetização deve, portanto, adotar uma interação cada vez maior com o povo (...) propiciando um processo de desenvolvimento cultural dinâmico. Este trabalho não poderá ser eventual, senão que deverá obedecer a uma linha sistemática, a partir de uma perspectiva global de educação que tem como objetivo a transformação da estrutura vigente”¹

1. Fragmento de Resoluções finais do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (citados em Fávero, 2001: 239-40).

Em um cenário latino-americano, experiências e iniciativas de interação arte-ciência-educação-ação popular multiplicaram e, de acordo com características de cada nação e de acordo com o seu momento político (entre frágeis democracias transitórias e duras ditaduras) deram origem a todo um repertório de criatividade-crítica de inestimável valor.

Assim nós – então “militantes da *Cultura Popular*” – nos sentíamos tornando política uma cultura antes vista como folclórica, e tornando histórica uma cultura antes vista como situada fora dela, ou à sua margem. Já que até então as únicas “culturas” que de fato contavam como construtoras de qualquer uma história humana, eram as “Civilizadas”, “eruditas”, “científicas”, “acadêmicas”. As que recebem até hoje o seu Prêmio Nobel de cada ano (com muito raras exceções).

Acaso lembramos ainda, ou esquecemos já que muito do que lemos até hoje, a poesia e a prosa, entre os que ouvimos como as formas mais significativas de nossas músicas “daqueles tempos” e de hoje, têm boa parte de sua origem em movimentos e frentes de ação e luta cultural de vocação político-popular?

Assim, durante períodos de surgimentos e multiplicação de movimentos de cultura popular, situados dentro deles ou em suas fronteiras, nós, educadores e/ou alfabetizadores populares nos reconhecíamos realizando uma ação de *Cultura Popular* através de alguma modalidade de *Educação Popular*.

Uma seqüência de passagens dos documentos que procuraram então propor uma alternativa política da *Educação Popular* pode ser útil para esta lembrança, bem como os seguintes. Ela servirá também para deixar que falem os autores individuais e coletivos da época.

Não se trata de teorizar sobre a cultura em geral, mas de agir sobre a cultura presente, procurando transformá-la, estendê-la, aprofundá-la. (Ação Popular, 1963: 23).

O fenômeno da cultura popular, no Brasil, não surge somente como uma atitude nem somente como consequência de uma análise. Surge como um movimento, isto é, como uma ação efetiva com objetivos determinados, que se cristaliza naturalmente em organizações - que pretendem uma cultura popular, que fazem cultura popular -, as chamadas organizações de cultura popular. Tais organizações são assim chamadas, não porque sejam os sujeitos de uma cultura autêntica do povo, nem porque 'levem o folclore ao povo', mas porque pretendem agir no sentido da superação, pela sociedade, dos desníveis entre os diversos grupos sociais que a compõem. (Movimento de Educação de Base, s/d: 74).

Para que não se transforme em cultura-para-os-trabalhadores, a cultura popular necessita ser uma totalidade que reúna dialeticamente dois pólos distintos e as vezes antagônicos: integrar os interesses imediatos do trabalhador individual com o interesse profundo e objetivo da classe trabalhadora e, nessa mesma dialética, unir os interesses particulares da classe trabalhadora com os interesses gerais de todo o povo. A cultura popular somente é totalidade quando se transforma em um processo que permita a livre expansão desta complexa rede em que se articulam, em interseções ricas e variadas, motivos subjetivos e possibilidades objetivas, propósitos de grupos e paixões individuais, meios disponíveis e finalidades ambicionadas... Em uma palavra, a cultura popular deve ser a expressão cultural da luta política das massas, entendendo-se por essa luta algo que é feito por homens concretos, ao longo de suas vidas concretas. Carlos Estevam Martins, em Fávoro 2001: 40-41)

Qualquer movimento de cultura deve ter como diretriz suprema e orientadora do conjunto de suas atividades, a deliberação de incorporar-se ao esforço comum desenvolvido pelo movimento popular em luta pelo alcance de seus objetivos. Esse propósito primordial se expressa essencialmente no projeto de transformação das condições culturais que tem desenvolvido o movimento popular, o que se verifica na medida em que essas condições deixam de ser adversas e passam a ser francamente favoráveis ao avanço do movimento popular. A presente linha diretriz define o movimento de cultura popular como elemento dinâmico, integrante da totalidade formada pelo movimento popular e investido da função específica de criar as condições culturais necessárias à intensificação do processo de desenvolvimento do movimento popular em seu conjunto. (Movimento de Cultura Popular em Fávoro, 2001: 91-2).

As primeiras perguntas

Em tempos atuais, quando dentro e fora da escola e da educação levantamos questões e propostas abertas a novas integrações, novas interações, novas presenças e participações, novas transdisciplinaridades, novas transculturalidades... e assim por diante, podemos pensar para os tempos de hoje uma *Educação Popular* desvinculada de todo um amplo, dinâmico e complexo sistema de ação cultural através da educação e uma ação pedagógica realizada como uma ação política através da cultura? Uma ação política e cultural cujas raízes devem ser ainda as do povo de quem em algum momento nós nos reconhecíamos "a serviço"?

Ou será que podemos hoje conceber a *Educação Popular* mais distanciada ou mesmo situada à margem de ações e de projetos dos *movimentos populares* multiplicados no Brasil e em toda a América Latina?

Não estaríamos correndo (como de resto, toda a educação) o perigo de dissolvermos uma proposta cujas raízes foram e seguem sendo *populares*, ao associarmos a essência e a existência da *Educação Popular* a toda uma trans-modernidade do saber e, por extensão, da educação?

Uma associação da tradição e da atualidade da *Educação Popular* como todo o aporte dos “novos paradigmas” desaguardaria em que?

- a) Em um avanço, em uma atualização e em uma abertura a um diálogo mais amplo da *Educação Popular* com outras práticas culturais, ao redor da criação de culturas e de reciprocidades sociais do saber, ainda no interior de uma vocação de serviço às classes e aos movimentos populares?
- b) A contrário, desaguardaria em uma tentadora dissolução da força original da *Educação Popular* e de sua vocação de ação libertadora a partir do povo, em nome de projetos que justamente ao abrirem em todas as direções os seus horizontes, perdem o rumo do eu caminho?

Em síntese, como fazerem sentar ao redor da mesma mesa Edgar Morin, Fritoj Capra, Boaventura de Souza Santos, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, Beatriz Costa, Pablo Latapi, Maria Teresa Sirvent e... Paulo Freire?

As segundas lembranças

Sem perder nos anos sessenta sua original vocação “libertadora”, a *Educação Popular* toma este “novo nome” (que não existe ainda em *Pedagogia do Oprimido*) ao assumir como seus co-autores e destinatários os sujeitos singulares, coletivos e comunitários as diferentes “gentes do povo” e, de maneira mais concreta, a esta gentes como “classes”, ou como uma “classe social”.

Originalmente ela busca dialogar com pessoas, grupos, unidades sociais, movimentos e classes populares, tomando-os como criadores, autores e atores de formas e sistemas de práticas, saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades diversas e culturalmente diferentes daqueles até então considerados como: “civilizados”, “acadêmicos”, “eruditos” “legítimos”, e assim por diante.

Diferentes sim. Mas em nada desiguais.

Ora, uma persistente e quase consagrada hierarquia de valores-do-saber, de que a Universidade segue sendo a principal guardiã, passava a ser então colocada em questão. Isto a tal ponto que entre educadores populares tendia a ser também a partir dos saberes e das vivências cotidianas e históricas do povo, que todo um trabalho de *Educação Popular* deveria encontrar o seu início, o seu meio-de-caminho e o seu fim. “Fim” tomado aqui como horizonte cultural e como finalidade social e política.

Partíamos então do suposto diferenciadamente compreendido e aceito de que:

- a) Qualquer pessoa, quem quer que seja, é uma fonte original e insubstituível de seu próprio saber;
- b) Assim sendo, qualquer analfabeto-alfabetizando é um sujeito original de seu próprio saber; um saber diverso, mas não inferior ao de seu alfabetizador;
- c) Portanto o diálogo pedagógico torna-se não um método didático de trabalho do educador, mas a própria substância interativa de todos os momentos do acontecer da educação. E o diálogo é, também, a sua principal finalidade: dialogamos para aprender a alargar com o nosso-outro os horizontes de nossa capacidade de sermos seres-de-diálogos;

- d) De igual maneira, qualquer cultura criada e vivida por todo e qualquer grupo humano - entre indígenas e acadêmicos - é também uma experiência única, inquestionavelmente válida e de um valor cognitivo não hierarquicamente comparável com outros sistemas de saber e de ordenação de saberes como uma modalidade de cultura.
- e) Ensinar-e-educar constituem, portanto, o exercício do partilhar situações de reciprocidades e inter-trocas de saberes. Um compartilhar momentos e contextos culturais motivados à criação solidária de saberes, sentidos, significados, sensibilidades e socialidades. Um processo de ações recíprocas “onde ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho”... para recordarmos palavras arquetípicas de Paulo Freire.

As segundas perguntas

Como seria viável praticar uma *Educação Popular*, preservando ainda a essência de sua proposta original, ente as diferentes situações em que ela se realiza e através das suas diferentes modalidades e vocações hoje em dia, em tempos que nos vemos partilhando teorias e propostas ora moderadas, ora radicais, de inclusões culturais, de multiculturalismo, de intertransculturalidades? Mas em uma era em que, em uma direção oposta, nós nos encontramos envolvidos e progressivamente colonizados por e entre os poderes sociais e simbólicos devotados a uma crescente uniformização utilitária e uni-dirigida de saberes, ciências e educações?

Como lidar hoje, no interior de um cenário cultural tão complexo e contraditório, com tão diversas compreensões da pessoa humana, da comunidade, de sociedades, de uma nação e, no limite, de toda uma humanidade planetária, a partir de uma visão radical de mundo, de projetos ideológicos de crítica do presente e de construção do futuro, através de diferentes programas criados por tantos diversos movimentos sócio-culturais dirigidos ao povo?

Como praticar a *Educação Popular* entre e a serviço de tão diversas e não raro antagônicas construções populares de compreensões da vida e do mundo, associadas a uma crescente pluralidade de crenças religiosas, espirituais ou profanas, e ideologias tão variadas e ativas nos e entre os próprios movimentos populares?

Como “levar a eles” alguma modalidade “nossa” de *Educação Popular*, se os movimentos populares reconhecem que realizam, eles mesmos, as suas diversas experiências culturais-pedagógicas próprias, não raro denominadas por “eles” e para “eles” de *Educação Popular*?

Assim, como um exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MTS, no Brasil, reconhece que uma coisa é a educação *do* campo (a que camponeses compartilham endo-culturalmente entre eles) e, uma outra coisa é a educação *no* campo. Aquela que nossos projetos de *Educação Popular no Campo*, ao lado de algumas políticas públicas, e na contramão das escolas da Monsanto, buscaram levar “até eles”.

As terceiras lembranças

Entre os anos sessenta e oitenta, buscamos passar, como *educadores populares* - imersos ainda em algum resquício de “vanguardismo” em nossas idéias e ações - para uma compreensão cada vez mais difundida, segundo a qual a *Educação Popular* deveria vir-a-ser uma modalidade de ação cultural através da educação, colocada não a serviço efêmero e colonizador das classes e dos movimentos populares, mas destinada servi-las organicamente, assim como aos seus avanços, os seus projetos e as suas frentes de lutas.

Muitos de nós chegamos a uma idéia norteadora de práticas, segundo a qual a *Educação Popular* deveria situar-se como algo que “parte do povo”. Que acompanha a sua vida, que faz de seus os seus valores, dos seus saberes, e das suas tradições, o seu horizonte.

Um trabalho pedagógico através da cultura, cultural através do social e social através do político, que a partir deste ponto de partida serve a ele, tornando seu (da *Educação Popular*) todo um amplo, diferenciado projeto de teor emancipatório devotado a uma progressiva “libertação popular”. E, através dela, a libertação e a conciliação de toda uma sociedade.

Assim, para muitos de nós a *Educação Popular* deveria “colocar-se a serviço” dos movimentos populares organizados ou em organização. Ela seria um trabalho sistemático e complementar de formação de quadros populares; uma ação de sistematização de experiências do próprio povo e junto ao povo; um trabalho sistemático de co-participação na construção de novos conhecimentos a serviço da “causa popular”. Eis quando surge entre nós a *Pesquisa Participante*.

Nesta direção, passamos a entender que um projeto pedagógico essencial deveria ser realizado pelo próprio povo em/entre e através de suas ações emancipatórias. O povo cria o seu saber ao longo de suas ações culturais de dimensão política, ou suas ações políticas de dimensão cultural.

Esta seria a vocação central da *Educação Popular*. Aquilo que alguns e algumas dentre nós costumávamos chamar: “a educação que o povo cria”. E o trabalho que nós, educadores populares, faríamos “ali” seria o de fortalecer, esclarecer, aprimorar esta “educação que o povo cria”.

As terceiras perguntas

Nos dias de hoje, quando também a *Educação Popular* sobrevivente no Brasil e em outros países latino-americanos de anos de perseguição de governos militares, aproximou-se de forma inevitável de novas teorias, de novas ideologias, de outras propostas de “ação cultural para a liberdade”, deveria prevalecer ainda compreensão bastante uniforme e radical do que ela é, e de como deveria realizar-se agora?

Permanecem vivos e “em ação” valores, saberes, práticas pedagógicas cujo fundamento está no reconhecimento de que unidades populares tradicionais ou já mobilizadas como movimentos populares são a substância e o horizonte da *Educação Popular*?

Ou será que em um mundo e em um momento tão plural e tão multiforme, podemos imaginar que também a *Educação Popular* desbravou e deve seguir desbravando novos e diferentes caminhos, sem perder no entanto o rumo de seu horizonte original.

Em tempos em que, muito mais do que nos anos sessenta surgem, multiplicam-se e se consolidam novas vocações para uma pluralidade de práticas centras, por exemplo, nos *Direitos da Pessoa Humana*, a *Educação Popular* deveria abrir-se a buscar interagir com outras formas e propostas de educação surgidas entre os anos setenta e noventa? São exemplos a *Educação para a Paz*, a *Educação Ambiental*, a *Educação e Valores Humanos* e tantas outras?

Lembro, como um adendo de valor substantivo, mais do que como uma curiosidade “de tempos antigos”, que já entre 1961 e 1963, o Movimento de Educação de Base MEB, no qual trabalhei, toma a proposta original e materializada do “de base” (alimentação, saúde, habitação, lazer, vida comunitária, etc., segundo padrões então muito difundidos no pós-guerra) e pensa o “de base” como aquilo que em um sentido bastante mais amplo e humanamente complexo seria “básico” para, uma vida vivida na plenitude de seus direitos humanos.

O MEB antecipa de alguns anos o vínculo de valor crescente entre uma educação pensada não apenas como “um dos direitos humanos”. Mas uma educação capaz de formar pessoas consciente e ativamente presentes o bastante para criarem juntas “uma sociedade de plenitude de vivências compartilhadas de deveres e de direitos humanos”.

Neste sentido, “direitos humanos” deixam de ser aquilo que “de cima para baixo” é outorgado a “todas as pessoas”, como um exercício de poder sobre a sociedade e, na contramão, torna-se algo que, como um direito pleno, permanente e aberto, de baixo para cima sujeitos sociais reinvestidos de uma crescente “vida cidadã”, unem-se para criar, construir, dotar de significados, consolidar, e democraticamente impor a um poder-de-governo colocado a serviço da sociedade civil.

Em nome de sua vocação popular original, a *Educação Popular* deveria opor-se a outras vocações sociais da educação, consideradas por ela como formas alternativas e “burguesas” de ação cultural através da educação?

Ou, em uma outra direção, ela deveria aprender a dialogar com aquilo que não sendo histórica essencialmente “ela”, ou “como ela”, converge em direção ao um mesmo horizonte humanizador?

Nesta direção, a *Educação Popular* deve com elas aprender a “situar-se em tempos novos”; e, em contrapartida, deveria fomentar entre elas uma também verdadeira “vocação popular”? Este seria o sentido em que muitos de nós falamos hoje em dia de uma *Educação Ambiental Popular*. Seria também, como sugeri acima, o momento em que uma proposta de educação voltada à realização plena dos direitos humanos conteria em si-mesma uma vocação convergente com a *Educação Popular*.

Se assim for, devemos concordar nos dias de agora em que não existe mais – se é que existiu um dia – uma única expressão e uma única vocação da/para a *Educação Popular*? Devemos aceitar que hoje, mais do que antes, a *Educação Popular* dialoga com outras vocações de ação social humanizadora, no interior do cenário de um mesmo ponto de partida, e diante de um mesmo horizonte cotidiano e histórico de trabalho pedagógico em nome da multi-participação de diferentes atores sociais devotados à construção coletiva e solidária de “outro mundo possível”?

A partir daí qualquer modalidade de realização da *Educação Popular* deveria estabelecer novas alianças e abrir-se a diversas experiências e propostas pedagógicas, culturais e até mesmo políticas de sua realização?

As quartas lembranças

Em seus tempos pioneiros, a *Educação Popular* pretendia ser um instrumento que participasse de todo um complexo processo de transformação radical das estruturas econômicas, políticas e, em plano mais abrangente, sociais, agindo transformadoramente sobre pessoas e suas consciências (conscientização) e, através delas, sobre as culturas de seus sujeitos (politização) e, ainda, através delas, sobre as suas sociedades. Lembro que a *Educação Popular* surgiu como o imaginário de uma modalidade de ação transformadora em seu campo específico e alargado, ao agir sobre saberes e valores de pessoas e de suas consciências. Lembro aqui, como um exemplo, toda a escala de passagens da “consciência intransitiva” à “consciência transitivo-crítica” que Paulo Freire ele mesmo relativizou bastante em seus escritos posteriores.

Atuando como um instrumento de mudança qualitativa de consciências, a *Educação Popular* realizava-se como algo participante de um trabalho social de teor político mais amplo, cujo horizonte era, - nunca esquecer - uma transformação radical do cotidiano, da sociedade e da história.

Neste sentido, atribuindo então à *Cultura Popular* e, no seu interior, à *Educação Popular* conotações ideologicamente diversas, mas em seu conjunto convergentes, aspirávamos criar, viver e difundir uma experiência pedagógica colocada a serviço de um processo de *revolução social* e de *transformação libertadora* de pessoas, classes e estruturas sociais.

Cuba e, depois, a Nicarágua (onde estive com Paulo Freire em 1981) eram exemplos próximos e bastante concretos para nós, educadores populares entre os sessenta e os oitenta.

Pensemos esta questão de outra maneira. Alguns estudiosos da pós-modernidade acenam que uma das diferenças entre a *Educação Popular* e o que ocorreu antes dela em nossos cenários culturais, estava em que as ideologias de meta-história desapareceram, enfraqueceram-se bastante ou deram o seu lugar à própria ciência. Ser um “comunista declarado” nos anos sessenta era um qualificador invejável... e definitivamente perigoso após abril de 1964, no Brasil. Hoje, quem ainda o é e assim se declara de público?

Vivíamos então ações em que, qualquer que fosse o seu campo de aplicação e a sua escala (“linha de frente”, “meio de campo” ou “retaguarda”), o horizonte do trabalho pedagógico desenhava cenários diversos. Cenários políticos que na esfera mínima previam a “transformação da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista”.

E em uma esfera mais alargada estendiam esta “sociedade socialista” aos limites de toda uma “humanidade libertada”. Algo que em termos das comunidades cristãs de esquerda representava uma corajosa extensão mais ampla ainda. Pois o seu limite não era menor do que “a construção do Reino de Deus aqui na Terra”.

Claro, metas-médias e mesmo as de menor alcance eram na verdade o motivo mais imediato e prático de nossas ações, tanto individuais quanto coletivas. Alfabetizar pessoas e tornar país “livre do analfabetismo” motivou a primeira equipe de Paulo Freire. E motiva até hoje inúmeras educadoras-alfabetizadoras.

No entanto, nos anos sessenta todas as ações diretas através de práticas de *Cultura Popular* realizadas como e por meio de uma ação pedagógica, em princípio deveriam servir a horizontes sociais bastante mais amplos. Uma vez mais, desde os nossos manifestos de então, até todas as páginas de *Pedagogia do Oprimido*, tais amplas metas históricas estavam sempre presente e orientavam todas as outras².

As quartas perguntas

Ao contrário do modo como procedi até aqui, deixo aqui as *perguntas* destas *quartas lembranças* para um momento seguinte. E inicio o que temos a dialogar por uma transcrição vinda de Zigmund Bauman, acompanhada de alguns comentários meus a respeito.

No dia 6 de janeiro de 2011 - pois o livro é dividido em dias-temas e, não, em capítulos - e sob o título, *Sobre a justiça e como saber se ela funciona*, Bauman recorre a Richard Rorty para lembrar uma oposição convergente que poderia trazer novos nomes para o que estou desejando chamar aqui de: “metas-amplos” (como a transformação radical de uma sociedade), “metas-médias (como a construção de um sistema de educação pública inclusivo, crítico e de qualidade), e metas-mínimas (como a alfabetização de uma turma de alfabetizandos).

2. Alguns destes manifestos podem ser encontrados na coletânea de textos pioneiros organizada por Osmar Fávero (Fávero, 2001). Lembro que um dos mais candentes e radicais manifestos foi o “Manifesto do DCE da PUC do Rio”. Seu conteúdo polêmico e radical tornou-se objeto de uma intensa discussão, dentro e fora da PUC, dentro e fora dos círculos da Igreja Católica, dentro e fora do mundo universitário. Eu mesmo participei de acalorados debates ao redor do “Manifesto da PUC”. A partir deles os seus defensores, mesmo quando cristãos confessos, começaram com mais agudeza a serem “taxados de comunistas”.

Ora, em nome da efetiva e realista construção de alternativas de fato democráticas de justiça social, Bauman entende que esta “sociedade justa”, “*é uma sociedade em permanente vigilância e sensível a todos os casos de injustiça, pronta para corrigi-los sem esperar o término da busca de um termo universal de justiça*” (Bauman, 2012: 149).

No parágrafo seguinte, através de Rorthy, Bauman coloca de um lado o que a seu ver seria uma “política de campanha” e, do outro, uma “política de movimento”. E tanto Rorthy quanto Bauman parecem optar pela primeira, diante da ineficácia comprovada de ainda se esperar algo efetivo “para agora e de modo duradouro” (a expressão entre aspas é minha), a partir de uma política subjacente e posta à espera da construção de uma sociedade futura em que enfim ela possa se realizar em plenitude.

Vejamos:

Implícita nesta escolha de uma fórmula de arranjo está a preferência pela “política de campanha” de Richard Rorthy, em detrimento de uma “política de movimento”. Uma “política de movimento” começa assumindo um modelo ideal de sociedade, se não “perfeitamente” (“perfeitamente = impossibilidade e indesejabilidade a priori de qualquer aperfeiçoamento adicional), pelo menos “amplamente” ou “plenamente” justo; em consequência, que mede e avalia qualquer movimento proposto em função de seu impacto em termos de abreviar a distância entre a realidade e o ideal, e não pelo grau em que reduz ou amplia a soma total do sofrimento humano causado pelas injustiças atuais. (Bauman, 2012: 149)

Sua dimensão oposta (não necessariamente antagônica, imagino) é a “política de campanha”, que:

Começa localizando um caso inegável de sofrimento, prossegue com o diagnóstico da injustiça que o causou, e atua para corrigi-lo, sem perder tempo com uma tentativa (claramente desesperada) de resolver a questão (claramente insolúvel) do possível impacto dessa ação em tornar mais próxima a “justiça perfeita”, ou atrasar sua chegada (149).

Ora, arrisquei-me a esta demorada abertura às nossas perguntas por que quis tornar mais transitável o seu difícil terreno. De fato vivemos, cinquenta anos antes, experiências de *ação popular* (termo que veio a desaguar no movimento revolucionário originado na *Ação Católica*, não esquecer), em que toda a mínima-meta deveria servir a uma média-meta e, esta, a uma ampla-meta. Estejamos atentos ao fato de que os termos aqui não são “daqueles tempos”.

Estávamos então – e vários dos nossos estão ainda hoje – mais a serviço de uma “política de movimento” do tipo: “um outro mundo é possível”; do que de uma “política de campanha”, do tipo: “lutemos por uma educação pública melhor em todos os sentidos possíveis”.

E se agíamos em favor da segunda meta, isto era vivido como um caminho para lograr-mos atingir - em uma “frente ampla” de ações e resultados a partir de mobilizações - metas políticas bastante mais amplas, radicais e utópicas.

Não esqueçamos que antes como agora, toda a questão em torno a... “afinal, em nome do que estou fazendo o que faço?” (lutando, participando, militando, etc.) envolvia e segue envolvendo respostas que atravessavam e buscavam fazer interagirem diferentes modalidades e dimensões de: “sonhos”, “utopias”, “ideologias” (no sentido de crítica do presente e projeto de futuro), “ideais”, “projetos políticos”, “práticas de ação cultural”, “trabalhos pedagógicos”, etc.

Assim sendo, agir em uma dimensão com os olhos postos em outras é o que estabelecerá a linha de fronteira entre o professor-de-rotina e o professor-educador, a partir, por exemplo, do imaginário de Paulo Freire.

No entanto, na esteira de Bauman-Rorthy, parece que estamos vivendo e partilhando agora um tempo outro. Um tempo “do concreto e do imediato”, em que importam mais os resultados visíveis, situados “no interior de meu campo possível de ação”, do que a realização de amplas mega-metas.

Um dos sinais mais evidentes e curiosos de tudo isto poderia ser encontrado no observar como a palavra “história”, tão rotineira entre nós e tão essencialmente costumeira em Paulo Freire, sub-existe hoje bastante mais esquecida ou secundarizada do que nos anos sessenta-setenta. Uma categoria social e sociológica que vivíamos então em nosso dia-a-dia, mas sem escrevê-la, hoje parece substituir a palavra “história”. Esta palavra é: “cotidiano”.

Assim, uma vocação transformadora e, no limite, revolucionária, é ainda o “sinal de nascença” e o horizonte político essencial da *Educação Popular*? Através de seus serviços ao povo, entre comunidades tradicionais, associações e movimentos populares, ela deveria servir também, e de maneira correspondente, a um processo mais integrado, mais interativo e mais socialmente radical de transformação das estruturas de poder, de gestão da economia e de vida social de toda a sociedade brasileira?

Tudo o que se vive e pratica como um educador popular serve à tornar viáveis mega-metas típicas de uma “política de movimento”? Ou será que em uma sociedade pluri-participante, pluri-vocacionada e multi-referencial, em nome de “um mundo mais justo”, etc. a *Educação Popular* inevitavelmente pode e deve abrir-se diferentes vocações convergentes?

Estejamos atentos em que ainda hoje, no Brasil e na América Latina, em suas diferentes alternativas e experiências, a *Educação Popular* atua junto a e a serviço de diversos atores e diferentes formas e vocações de lutas e ações emancipatórias. Elas envolvem movimentos sociais populares de luta pela terra, movimentos de negros, frentes de lutas de mulheres, minorias sociais, étnicas e culturais, de questões ambientais, de formação de quadro e frente de luta em nome dos direitos humanos, de luta pela paz.

E, mais do que unificada em uma ampla e convergente “política de movimento”, em suas diversas variações, a *Educação Popular* realiza-se também e de maneira intensa e diversificadas através de interações de e entre diferentes “políticas de campanha”: projetos, propostas, ações e práticas que nem por serem mais setoriais e uni-dirigidas abandonam nos tempos de agora o essencial de uma vocação atualizada de uma *Educação Popular*.

Sendo assim, podemos falar com justeza em *Educação Popular para os Direitos Humanos*, *Educação Popular Ambiental*, *Educação Popular Comunitária*, *Políticas Públicas de Educação Popular*, *Educação Popular na Escola*?

E ainda, estendendo uma tal abertura a um limite mais amplo, podemos associar a *Educação Popular* à *Pedagogia Social* que surge nos últimos anos e bem depressa se difunde entre nós?

As quintas lembranças

Devo lembrar o já conhecido entre nós. Em países como o Brasil a Argentina, o Chile, o Uruguai e outros, o florescimento de frentes de luta através da *Educação Popular* aconteceu justamente entre anos de governos ditatoriais. A começar pela lembrança de que o seu livro mais conhecido, *Pedagogia do Oprimido*, foi escrito por um educador exilado.

Ora, entre os seus “pioneiros” e “seqüentes” praticantes, com graus diferentes e dando ao termo que nos espera adiante, conotações também diversas, entendíamos que a *Educação Popular* deveria colocar-se a serviço de processos de transformação de mentes, pessoas, grupos e classes sociais em nome da instauração de uma *sociedade socialista*.

Sem meias palavras – ou com algumas delas aqui e ali - o horizonte revolucionário das transformações desejadas projetava a passagem - radical ou gradativa - de uma sociedade colonizada pelo capitalismo, para uma sociedade “libertada pelo socialismo”. De um modo ou de outro alguma modalidade francamente socialista seria o ponto de chegada da vocação transformadora da *Educação Popular*.

Acreditávamos então que realizar “mudanças” ou “reformas de base” no interior de uma sociedade regida pela hegemonia do capital, seria algo semelhante a hospitalizar e tratar um a um os doentes de uma enfermidade endêmica, sem procurar descobrir e erradicar o foco ambiental da endemia. Representaria somente o produzir avanços que seriam de um modo ou de outro, uma vez mais apropriados e colonizados por um sistema que nos parecia incompatível com um projeto de libertação popular e, através do povo, de toda uma nação.

As quintas perguntas:

A passagem do primado do capitalismo para alguma forma de sociedade socialista permanece sendo o propósito político e socialmente humanizador da *Educação Popular*?

Este projeto deve ser pensado como algo uni-centrado e uni-dirigido?

Por outro lado, cabe a nós, educadores, definir este horizonte político de ampla dimensão? Ou deve caber a nós o nos inserirmos em movimentos sociais, e permitir que o acontecer progressivo de suas ações defina o perfil e o destino do tipo de sociedade que desejamos transformar e construir?

Somos ainda “militantes socialistas”, ou vários outros nomes recobrem agora os horizontes do que desejamos criar no mundo de nossas vidas e destinos, a partir de nossas ações como educadores populares?

Finalmente, existe ainda, vigente e possível, alguma forma de vida social alternativa ao capitalismo que não seja a via socialista?

As sextas lembranças

Não podemos esquecer que em seus momentos mais pioneiros, a *Educação Popular* nasceu no interior de instituições direto ou indiretamente vinculadas a algumas instâncias do poder público.

Paulo Freire e sua equipe original trabalham em Angicos patrocinados por um poder público municipal. A sua equipe pioneira criou o *Sistema Paulo Freire de Educação* como parte das propostas e ações do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife.

Paulo Freire e sua equipe foram chamados pelo Ministério da Educação em Brasília para darem início à *Campanha Nacional de Alfabetização*. O *Movimento de Educação de Base* foi o resultado de produto de um acordo entre o Ministério da Educação e a hierarquia da Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Com o passar do tempo e o surgimento de novas idéias, novas frente de ação social e luta diretamente saídas da sociedade civil, e com a abertura de novos vínculos com pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais - sobretudo em tempos de ditadura no Brasil e em outros países da América Latina - começamos a trabalhar a idéia de que eram “eles” – os atores diretos dos diferentes segmentos de “o povo” - os sujeitos centrais e os destinatários preferenciais de todo um trabalho de *Educação Popular*.

Assim, educadores e unidades sociais de ação política através da *Educação Popular* começaram a opor uma *Educação Popular* às outras alternativas de educação que provinham de empresas ou do governo, mesmo quando dirigidas ao povo, tal como as campanhas governamentais de alfabetização.

Portanto, uma *Educação Popular* em suas dimensões pedagógicas, culturais e políticas, opunha-se a outras modalidades de educação. Aquilo a que em alguns “velhos” estudos meus chamei de *Educação do Sistema*.

As sextas perguntas

Mesmo durante os “tempos da ditadura”, no início de seu “processo de abertura política”, aqui no Brasil alguns municípios tomados por então “partidos de oposição”, declaravam praticar através de suas políticas e escolas publicas, alguma assumida e “oficial” modalidade de *Educação Popular*.

Este processo generalizou-se bastante. Hoje, no Brasil e em outras nações do continente, governos estaduais e municipais definem suas políticas públicas em termos de uma *Educação Popular*.

De outra parte, vemos que até mesmo algumas instituições patronais realizam simpósios sobre este tema. E é crescente o número de universidades particulares que se declaram praticando alguma modalidade de formação de pessoas inspiradas em Paulo Freire e na *Educação Popular*. Ora, tudo isto é hoje possível e válido?

A *Educação Popular* segue sendo, direta e restritamente, um trabalho pedagógico complementar e colocado por inteiro a serviço de ações educativas, que através de suas ações e projetos de formação de quadros os movimentos sociais geram e aperfeiçoam?

Ou a *Educação Popular* desdobra-se hoje e se realiza também a partir e através de grupos e movimentos sociais cujo horizonte é uma vida solidária, uma sociedade livre, inclusiva igualitária e justa?

De acordo com a proposta politicamente coerente de uma gestão pública da educação, podemos estender também a políticas e iniciativas pedagógicas governamentais a vocação diferenciada de uma *Educação Popular*?

Podemos imaginar que instituições direta ou indiretamente vinculadas ao “mundo dos negócios” possam com legitimidade propor alguma modalidade de ação social através de uma *Educação Popular*?

As sétimas lembranças

Sabemos que Paulo Freire nunca se declarou marxista, embora autores entre Marx a Lênin povoem sobretudo os seus primeiros livros. Também nós, “militantes cristãos de esquerda” da *Educação Popular*, líamos Marx de manhã, Emmanuel Mounier (Personalismo Cristão) à tarde e a Bíblia à noite.

Sem se declarar essencialmente marxista, e sem estender as transformações sociais a um horizonte propriamente comunista – a não ser entre praticantes assumidamente uma coisa e a outra - a *Educação Popular* partiu do reconhecimento do antagonismo estrutural e da luta de classes.

E ela tomou de um modo ou de outro tal enfrentamento estrutural na sociedade capitalista como um ponto de partida de sua ação cultural através da educação.

Lembro de novo que em Pedagogia do Oprimido, a libertação política e social do “oprimido”, libertava da opressão também o “opressor”, no bojo de uma sociedade finalmente libertada e reconciliada. Logo, uma sociedade não-capitalista.

As sétimas perguntas

A idéia de classe social e o suposto de uma luta de classes, de acordo com o modelo marxista ou suas derivações marxianas, fundamentam ainda o horizonte das variantes da *Educação Popular*?

Ou ela hoje se dirige a e dialoga com diferentes segmentos sociais, étnicos, culturais, em meio aos quais a classe social deixa de ser uma instância única ou determinante, embora permaneça ainda essencial?

Praticar a *Educação Popular* envolve o servir pedagogicamente a alguma modalidade ou a um momento de um processo de luta de classes? Ou o seu horizonte político tende a buscar diferentes vertentes e alternativas de empoderamento popular e transformação de pessoas, culturas e sociedade, desde que convergentes em seu horizonte?

As oitavas lembranças

Originalmente a *Educação Popular* vinculava-se entre vertentes do que, de forma definida, mas aberta e ampla, podemos pensar ainda como uma tradição de uma *Educação Humanista*. Alguns estudiosos a situam como uma das vertentes da *Pedagogia Crítica*.

Sem submeter-se propriamente a um carimbo que a restrinja, ela se afilia a uma vocação da educação em que o primado da pessoa – por oposição ao primado do mercado, de um lado, ou de um estado totalitário, de outro – seria o motivo de seu primeiro passo e também o do último.

As oitavas perguntas

Permanece sendo assim ainda agora?

Podemos situar a *Educação Popular* como uma modalidade da tradição humanista em sua dimensão filosófica, ideológica e pedagógica? Podemos atribuir ainda a este qualificador - humanismo – diferentes e múltiplas conotações? Ou, mais uma vez, em um universo tão diferenciado de vocações e tendências, não poderíamos reconhecer mais uma “vocação filosófica ou ideológica” em que a *Educação Popular* possa estar situada?

A partir da afirmação de seus princípios e valores essenciais, ela pode caber em diferentes tradições pedagógicas, culturais, e mesmo ideologicamente políticas?

As nonas lembranças

Alguns educadores e pensadores da educação defendiam e acreditam que a *Educação Popular* é algo definitivamente situado e datado.

Ela surgiu no começo dos anos sessenta, aqui no Brasil, e desde aqui se difundiu e se diferenciou, difundindo-se e fecundando-se bastante ao longo da América Latina, a partir de uma mesma proposta e de um horizonte libertário.

Outros educadores defendem que a *Educação Popular* ficaria mais bem situada se considerada como uma diversa vocação de pessoas, grupos sociais, culturas e sociedades que, com este nome e com outros, surgiu em diferentes eras da humanidade e em diferentes contextos sociais. Ela seria uma “vocação da educação”, mais do que um corrente definida, situada e datada.

Assim, no caso do Brasil, podemos pensar como formas alternativas e historicamente alternantes, as escolas anarquistas de operários em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Podemos ver um seu outro momento e contexto na luta dos educadores pioneiros do começo do século XX em favor de uma educação pública e laica de qualidade estendia a todas as pessoas. Poderemos pensar como *Educação Popular* o movimento cultural-pedagógico dos anos sessenta e seus desdobramentos, até o presente momento, em suas diferentes alternativas e vocações.

As nonas perguntas

Devemos reconhecer uma essencialidade histórica na *Educação Popular*?

Ela é e segue sendo o que Paulo Freire, seus companheiros e outros educadores populares dos anos sessenta e setenta, no Brasil e na América Latina criaram e fizeram expandir e se desdobrar?

Ou estaremos assistindo hoje a nada mais do que um desdobramento? Estaremos diante do surgimento de várias e diversas vocações de *educações populares* em diferentes contextos e com diversas vocações, atores e horizontes?

As décimas lembranças

Tal como outras experiências anteriores e posteriores de ação social e, especificamente, de ação educativa, a *Educação Popular*, mesmo tendo surgido em contextos públicos oficiais, tendeu a existir situada em posições de fronteira ou mesmo à margem de estruturas oficiais de ensino, extensão e pesquisa, de nossas universidades e outros centros ou unidades de vocação intelectual.

Entre o *Ministério da Educação* e as universidades públicas, ela tende a ser mais hoje do eu no passado recente, uma alternativa de ação cultural através da educação liminar, não raro quase marginal.

Espalhada pelo mundo inteiro. Tendo um de seus iniciadores um educador reconhecido como “doutor honoris causa” por cinquenta universidades de todo o mundo; havendo Paulo Freire sido declarado “Patrono da Educação Brasileira”, seguem a *Educação Popular*, assim como a *Pesquisa Participante*, a *Teologia e a Filosofia da Libertação*, instâncias de trabalho situadas como algo pouco-visível ou mesmo algo apenas pitoresco, ou mesmo liminarmente marginal na estrutura acadêmica das nossas universidades, assim como de outras instâncias de criação e difusão públicas do saber.

As décimas perguntas:

Se assim foi... Assim deve continuar sendo?

Uma posição liminar e de *communitas* da *Educação Popular* seria, no final das contas... estrutural?

Tal como acontece com outras experiências e iniciativas de ação francamente popular, a *Educação Popular* ganha força e sentido enquanto situada “à margem”, e perde a sua assinatura original, a sua energia e o seu sentido de ação quando tornada “oficial”?

Cabe, portanto, à *Educação Popular* o manter-se fiel mais aos movimentos populares a que serve, do que às estruturas de poder, saber e mercado que ao assumirem como “também uma prática nossa”, a colonizariam de forma sutil e destrutiva?

Deveria ela situar-se vocacionalmente como frente de alternativas de modalidades de ação cultural situadas por opção à margem ou em zonas de fronteiras, frente a universidades e instituições equivalentes? É este o seu lugar?

Ou ela deve aspirar ao chegar a “conquistar” lugares de justa presença e influência no interior de nossas universidades e, mais ainda, em nossas faculdades de educação, por exemplo?

A *Educação Popular* deveria batalhar por tornar-se uma proposta não apenas tornada pública, mas até mesmo definidora de destinos e sentidos de toda uma educação de vocação libertadora?

Enfim, uma reiterada liminaridade da *Educação Popular* é algo de uma história passada e ela deve aprender a conviver com novos cenários, novas alianças, novos co-atores e mesmo co-autores?

Alguns estudiosos de questões ambientais e da *Educação Ambiental* desenham a seu respeito um complexo território que vai de vocações funcionais e tecnicistas, situadas mais à direita e que cabem bem em programas desenvolvidos pelas mais condenáveis empresas de agressão ao meio ambiente, até vocações populares – falei acima de uma *Educação Popular Ambiental*, leitora de Paulo Freire, francamente crítica a toda a hegemonia no agro-hidro negócio e aberta a associar a questão da justiça social no campo (a começar pela sempre adiada reforma agrária) a uma efetiva e humanizadora questão ambiental. A meio caminho poderia estar situar-se uma *Educação Ambiental* nem servilmente colonizada pelo mundo dos negócios e nem associada organicamente aos movimentos populares.

Algo semelhante poderia e deveria acontecer no campo da *Educação Popular*.

Uma última lembrança

Narrei algumas vezes “ao vivo” e escrevi pelo menos uma vez um pequeno fato que me foi contado por Moacir Gadotti. Quero encerrar estes escritos com a memória desde pequeno e sábio acontecimento.

Quando Moacir Gadotti e outros educadores resolveram criar um Instituto Paulo Freire, foram até a casa de Paulo propor a idéia. Paulo Freire ouviu com atenção a proposta. E respondeu a seguir:

Se for para me repetir, não vale a pena. Mas se for para me superar, façam!

O Instituto foi criado, existe até hoje em São Paulo. Paulo Freire foi um de seus integrantes. Dois dias antes de sua morte esteve ainda lá, trabalhando.

Bibliografía

- » Ação Popular (1963). *Cultura Popular*. Documento 4: documento de orientação de ações políticas aos militantes. MA60: Rio de Janeiro, documento mimeografado.
- » Assumpção, R.; Brandão, C. (2009). *Cultura rebelde – escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- » Brandão, C. (2009). *A Educação como Cultura*. Edição revista e ampliada. Campinas: Mercado de Letras.
- » Bauman, Z. (2012). *Isto não é um diário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- » Fávero, O. (org.) (2001). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos sessenta*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- » Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- » Martins, C. E. (2001). *A questão da Educação Popular*. En O. Fávero (org.), *Cultura popular e educação popular: memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.
- » Movimento de Cultura Popular (2001). *MCP/Plano de Ação para 1963*. En O. Fávero (org.), *Cultura popular e educação popular: memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal.
- » Movimento de Educação de Base. *Cultura popular: notas para estudo*. Documento de orientação aos educadores. MA60, s/d, documento mimeografado.

Carlos Rodrigues Brandão

Professor universitário e pesquisador. Mestre em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB), doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e livre-docente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizou estudos de pós-doutorado em antropologia junto à Universidade de Perúgia e a Universidade de Santiago de Compostela. Desde 1963 trabalha como educador popular; é integrante do Instituto Paulo Freire. Professor do Mestrado e doutorados; trabalha atualmente no doutorado em ambiente e sociedade na Unicamp e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). É autor de vários livros nas áreas de antropologia social, educação, questões ambientais e literatura. É comendador da Ordem do Mérito Científico, recebeu prêmio do CNPq por sua obra em cultura popular, a medalha Roquette Pinto da Associação Brasileira de Antropologia, o Prêmio Poesia-Liberdade pela Fundação Centro Alceu Amoroso Lima, a medalha Dom Helder Câmara da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É professor emérito da Universidade Federal de Uberlândia.

